**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JULHO**

Aos cinco dias do mês de julho, de dois mil e vinte e três, às 14h25min, na sala de reuniões da sede do Conselho Municipal de Educação, deu-se início à Plenária ordinária, com a participação do presidente, Gessildo Mendes Júnior, dos conselheiros: Dayna Sá Vignoli Amorim, Flavia Alves, Diony Fernandes dos Santos, Robledo dos Santos Gomes, Késia Antunes de Brito Silva, Rosa Maria Rodrigues Pereira Gardner, Juliana Maria Gomes Linhares dos Santos, e a professora e mãe de aluno, a Sra. Marcela Bonelli Zarur. Justificaram ausência os conselheiros, Bruna Carla Pires Margiotte, Viviane Vieira, Elísia Rangel de Freitas, Pedro Augusto Rangel de Oliveira, Glauciane Soares dos Santos Ferreira e Uelton Ferreira da Silva. A sessão foi aberta pelo presidente, que agradeceu a presença de todos, subsequentemente, deu início à pauta do dia: 1) Leitura da ata anterior. A conselheira Rosa Maria, pediu a palavra e perguntou, como funciona a abordagem policial aos alunos, no interior da escola. A conselheira Késia Antunes respondeu que dentro da escola os policiais só podem atuar quando solicitados pelo diretor, que desenvolvem um trabalho prevenção de ataques. A conselheira Rosa Maria informou que está questionando, para saber como se posicionar quanto ao fato ocorrido, em frente ao Centro Municipal de Educação Padre Manuel, em que esteve envolvida. O presidente lembrou, que como o fato ocorreu do lado de fora da escola, deve ser tratado como questão de segurança pública. A conselheira Késia Antunes relatou outro caso ocorrido anteriormente na escola, em que um aluno viu algo suspeito na bolsa do colega e então a direção da escola solicitou que o agente verificasse. Ele encontrou drogas. A Sra. Marcela Bonelli questionou, sobre o fato relatado pela conselheira Rosa Maria, caracterizar racismo, que o aluno e seu responsável foram até a delegacia no carro da diretora e que a Conselheira Rosa Maria, foi conduzida a delegacia na viatura. Questionou se algo pode ser feito, se os agentes podem ser mais bem preparados, como abordar corretamente um aluno, pois eles não são educadores e não agem como tal, eles devem ter outra postura. A conselheira Késia Antunes, justificou que no dia do fato ocorrido, ela informou que iria na delegacia depois, pois sua avó estava no médico a aguardando. Como não coube o aluno e seu responsável na viatura, o diretor do CMEPAM, Edvaldo Muniz, por estar de moto, pediu que a Késia os acompanhasse até a delegacia em seu carro. A conselheira Flávia Alves, lembrou que no dia do ocorrido, ela viu de longe a conselheira Rosa gesticulando para os policiais e pediu que o porteiro chamasse a diretora. A conselheira Diony Fernandes, comentou que não está a par de como está a formação dos agentes públicos, mas colocá-los nas escolas, foi uma decisão emergencial do Poder Executivo, dado as ameaças que estavam sendo feitas as escolas. Lembrou que seria interessante uma formação em parceria com o Conselho Tutelar, CME e Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciência e Tecnologia. A conselheira Rosa insistiu em dizer que os alunos negros são visados e discriminados. A professora, Sra. Marcela Bonelli citou que o CME não pode tudo, mas pode alguma coisa. O presidente relatou que a autonomia dos CME’s, barra na legislação. A Sra. Marcela Bonelli relatou que há muitos casos de bullying nas escolas. Na escola onde o filho estuda, houve um caso de bullying, por causa do seu tipo de cabelo. Recentemente viu um post da prefeitura sobre antirracismo e achou interessante e julga necessário levar projetos pedagógicos as escolas. A conselheira Diony Fernandes, lembrou que havia trabalho de conscientização, que fazia parte do calendário escolar, que no Estado até hoje existe, na culminância de projetos; que poderia ser uma sugestão também para o município, para que se estabeleça no calendário; 2) Leitura do Ofício do MP nº 618/2023, requisitando, caso haja, reclamação recebida pelo colegiado sobre a educação inclusiva/ especial ofertada pelo município. Os conselheiros informaram que não receberam nenhuma reclamação; 3) Leitura do *e-mail* da conselheira Iara Salviano, renunciando o cargo de representante das escolas privadas neste Conselho. O presidente citou que deverá ser feito um ofício solicitando um novo representante; 4) Leitura do ofício nº 055/2023 do Centro Municipal de Educação Padre Manuel informando que a conselheira Rosa Maria deixou seu cargo como representante de pais e responsáveis em vacância, deixando de ser conselheira representante de pais e responsáveis neste Conselho. A nova composição tem como representante titular a Sra. Flavia Alves e suplente, a Sra. Joana Victor Teixeira. Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Cristina de Amorim Ribeiro Vieira, secretária geral do Conselho Municipal de Educação, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e por todos os presentes, conforme assinatura no livro de presença.

Saquarema, 05 de julho de 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

SECRETÁRIA GERAL

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

PRESIDENTE